



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM FACE DA ARTICULAÇÃO IDEOLÓGICA ENTRE NEOLIBERALISMO, CONSERVADORISMO E IRRACIONALISMO

DEBORAH MINATELLI DE OLIVEIRA ¹

Resumo: Neste artigo propõe-se uma reflexão teórica por meio de uma abordagem teórico-metodológica inscrita na tradição marxista dimensionando alguns dos elementos que desafiam os valores e pressupostos do que se convencionou como Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social brasileiro. Para tanto, foi construída uma breve análise acerca da articulação ideológica entre conservadorismo, irracionalismo e neoliberalismo, para, ao final, elaborar pistas que possibilite o desvelamento das exigências éticas e políticas postas ao conjunto da categoria profissional.

Palavras-chave: capitalismo; neoliberalismo; conservadorismo; irracionalismo; projeto profissional.

Abstract: This article proposes a theoretical reflection through a theoretical-methodological approach inscribed in the Marxist tradition, dimensioning some of the elements that challenge the values and assumptions of what has become conventional as the Professional Ethical-Political Project of Brazilian Social Work. In order to do so, a brief analysis was made of the ideological articulation between conservatism, irrationalism and neoliberalism, in order, in the end, to elaborate clues that allow the unveiling of the ethical and political demands placed on the whole of the

¹Estudante de Pós-Graduação. Programa De Pós-graduação Em Serviço Social E Desenvolvimento Regional Da Universidade Federal Fluminense

professional category.

Keywords: *capitalism; neoliberalism; conservatism; irrationalism; professional design.*

1. APRESENTAÇÃO

Com o recrudescimento da barbárie capitalista, o projeto profissional do Serviço Social brasileiro é cada vez mais desafiado, e a construção de alternativas de enfrentamento são temas que permeiam o debate no interior da categoria profissional. Em diversos eventos do Serviço Social que abordam a conjuntura econômica, política, social e cultural, questionamentos sobre os desafios ao projeto profissional sempre emergem: *quais os limites e as potencialidades do nosso atual projeto profissional nesta sociabilidade?*

Em vista disso, partiremos das premissas de que o capitalismo em sua fase atual representa a barbárie; e, a conjuntura de barbárie incide de forma deletéria sobre os valores e princípios norteadores do Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social².

Posto isso, propõe-se uma abordagem teórico-metodológica inscrita na tradição marxista e encaminhada por meio de uma reflexão teórica que dimensione alguns dos elementos que desafiam os valores e pressupostos deste atual projeto profissional. Para tanto, será construída uma breve análise acerca da articulação ideológica entre neoliberalismo, conservadorismo e irracionalismo, para, ao final, elaborar pistas que nos possibilite o desvelamento das exigências éticas e políticas postas ao conjunto da categoria profissional³.

No modo de produção capitalista, as relações sociais se dão por meio da valoração

²Afinal, é possível supor que a supressão e aniquilação de alternativas e possibilidades humanizadoras desse modo de produção e reprodução da vida social desafie de forma intensa os princípios e valores defendidos pelo atual projeto profissional do Serviço Social brasileiro.

³Parte da reflexão aqui apresentada foi desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Graduação em Serviço Social.

atribuída a determinada coisa ou atividade, afinal, ao vendermos nossa força de trabalho na forma de mercadoria estabelecemos assim uma relação entre mercadorias. Com a expropriação dos meios de produção e do produto do trabalho pelos detentores do capital, no processo de trabalho, afastamo-nos de nossa realização, reproduzindo relações desumanizadas, ou seja, tem-se o processo de alienação⁴. O trabalho assalariado, ancorado na apropriação privada dos meios de produção e na socialização desigual da produção, gera relações alienadas que, no capitalismo contemporâneo, assume a forma histórica de reificação das relações sociais, atravessando todas as dimensões da vida social.

A subordinação dos indivíduos sociais à lógica do capital se reflete em todas as dimensões da vida social e, em uma sociedade de classes, os valores hegemônicos tendem a corresponder aos interesses e necessidades das classes dominantes. Com isso, neste processo de esgotamento e crise estrutural⁵, alinhada aos ideais dominantes, o capital utiliza um conjunto de medidas econômicas, políticas e ideológicas para garantir sua reprodução.

A barbárie capitalista tem fundamento material e o esgotamento das possibilidades humanizadoras incide sobre a totalidade da vida social. Posto isto, a reprodução social inscrita sob a lógica capitalista tem como fundamento a desigualdade estrutural. Em uma conjuntura altamente desfavorável às forças sociais democráticas e progressistas, e com um agravamento da desigualdade estrutural, as expressões da questão social⁶ – objeto de intervenção do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) – tomam a forma cada vez mais devastadora de degradação da vida humana e da natureza.

No Brasil, o contexto de barbárie se intensifica exponencialmente sob o comando de

4Esta concepção de alienação é ancorada nas formulações de autores e autoras inscritas na Tradição Marxista em que apreende, de forma sucinta, que no modo de produção capitalista, no processo de trabalho - com a expropriação dos meios de produção e do produto pelo capitalista, ao afastar-se de sua realização, cria-se e reproduz-se uma relação desumanizada, ou seja, alienante.

5A compreensão desta categoria parte das formulações de Mészáros, que defende a existência de uma crise estrutural, e não cíclica conforme outros autores apontam.

6Questão social, aqui, é compreendida como produto das contradições geradas em uma sociedade de classes sob domínio do capital, uma forma particular de desigualdade própria do modo de produção capitalista, de subordinação do trabalho ao capital. Como afirma Iamamoto (2010), a gênese da questão social é inseparável da emergência do trabalhador livre, e expressa, mediante as contradições de classe e interesses antagônicos, o conjunto de lutas sociais, políticas e culturais.

um Governo Federal marcadamente conservador e irracional, defensor de uma política econômica neoliberal e de um projeto societário com características fascistas, impondo assim, ao Serviço Social, desafios ao conjunto da categoria profissional, sobretudo em face da pandemia do Coronavírus, em que é exposto a nefasta desigualdade econômica, política, social e cultural que estrutura a sociedade brasileira.

2. A ARTICULAÇÃO IDEOLÓGICA ENTRE NEOLIBERALISMO, CONSERVADORISMO E IRRACIONALISMO

No seu processo de autoconstrução histórica e a partir de determinado estágio de desenvolvimento, o ser social produziu formas particulares de atendimento de suas necessidades materiais bem como formas explicativas sobre sua realidade. Isto ocorre também no âmbito da sociabilidade burguesa, na qual ideias dominantes correspondem aos interesses da classe dominante. Nesta direção, visando à compreensão do significado e da funcionalidade das ideias dominantes do capitalismo contemporâneo, pretende-se analisar a articulação ideológica existente entre neoliberalismo, neoconservadorismo e irracionalismo. A análise pretendida será ancorada em autores que, a partir das ideias originais de Lukács⁷, tomam como referência os fundamentos ontológicos do ser social e elaboram suas análises na perspectiva de totalidade e de historicidade.

A vida social é considerada como totalidade, ou seja, como síntese de múltiplas determinações cujo fundamento ontológico é dado pelo modo de organização da vida material. Com isso, o trabalho é compreendido como a principal forma de práxis⁸, ou seja, atividade criadora do ser social que propicia o domínio da natureza,

⁷De acordo com Barroco (2013, p. 256), "Lukács apreende os fenômenos em sua concretude, como próprios de um momento histórico particular e como parte constitutiva de tendências históricas universais. Isso supõe tratar as formas de pensar como categorias socialmente determinadas e apreender seu processo de constituição histórica a partir de sua gênese e de seu desenvolvimento, buscando revelar suas conexões e mediações mais íntimas, tecidas em suas relações particulares com a totalidade histórica".

⁸Ressaltando que o trabalho é constitutivo do ser social, porém, como apontam Netto e Braz (2012, p. 55), o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho: "Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente:

o desenvolvimento de capacidades humano-genéricas e institui a essência histórica do ser social.

O caráter ontológico do trabalho também incide sobre a produção do valor e das formas valorativas de relação entre os indivíduos sociais e a totalidade do gênero. Deste modo, para desvelar os valores que norteiam determinada sociedade, faz-se necessário considerar a constituição da reprodução material na perspectiva da ontologia do ser social, como aponta Bonfim (2015), afinal, o trabalho é o ponto inicial da humanização do homem:

Na acepção geral, é a partir do trabalho que o homem se diferencia de outros seres da natureza; é na interação homem/natureza, a partir da sua capacidade teleológica, que ele vai satisfazendo suas necessidades e criando outras necessidades. É nesse processo que o homem vai atribuindo valor às coisas e criando formas de interação como a linguagem, os costumes, construindo, assim, a cultura (BONFIM, 2015. p. 10).

Como decorrência do processo de autoconstrução do ser social, a atividade criadora torna-se cada vez mais intencional, visando o atendimento de necessidades. Isso é possível pelo desenvolvimento de capacidades essenciais, impulsionadas pelo trabalho, que fazem do ser social um ser que valora, que cria e atribui valores às suas atividades e relações. Neste sentido, numa sociedade de classes, os valores hegemônicos tendem a corresponder aos interesses e necessidades da classe dominante. Na sociabilidade burguesa os valores hegemônicos cumprem uma função ideológica de legitimação do modo de produção capitalista, pois são favoráveis à reprodução dos mecanismos de opressão e exploração necessários à manutenção da ordem do capital. O trabalho assalariado, ancorado na apropriação privada dos meios de produção e na socialização desigual da produção, como afirmado anteriormente, gera relações alienadas que, no capitalismo contemporâneo, assume a forma histórica de reificação das relações sociais, atravessando todas as dimensões da vida social.

De acordo com Bonfim (2015, p. 41),

Isso significa que sob as leis da sociedade capitalista, considerando a “**divisão do trabalho**”, o “**intercâmbio**” e a “**propriedade privada**”, o homem fica

a categoria de práxis. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas”.

subordinado às relações econômicas, à produção de mercadorias destinada à sustentação desse sistema. Aqui o desenvolvimento de potencialidades humanas fica subordinado à lógica do lucro.

A subordinação dos indivíduos sociais à lógica do capital se reflete em todas as dimensões da vida social, como dito acima, e:

Daí a presença da alienação: o *estranhamento* em face da realidade que expressa formas *fetichizadas* de apreensão das contradições da vida capitalista, reproduzindo o “falso contraste entre objetividade morta e subjetividade vazia”. Com o fetichismo geral, as relações sociais tendem a ser tomadas em sua aparência *coisificada*, restringindo a possibilidade de compreensão dos processos sociais, de suas mediações e determinações fundantes, bloqueando a capacidade de apreensão das contradições sociais, que são tratadas como antinomias insolúveis (BARROCO, 2013. p. 258).

O trabalho assalariado é a fonte da forma particular de alienação produzida no capitalismo, afinal, o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, e este, surge como um fardo, existindo apenas para suprir as necessidades de sobrevivência, e não de realização e de criação (BARROCO, 2013).

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa têm-se a universalização da alienação produzida pelo trabalho assalariado e são postas as condições específicas para o desenvolvimento de uma individualidade mesquinha, como afirma Bonfim (2015), sendo esta individualidade, parte importante da constituição do homem burguês, marcada por valores que expressam o individualismo: “*Assim, na sociedade capitalista, a alienação se estabelece através do trabalho assalariado, e, desta forma, submete o desenvolvimento do homem a tais condições*” (IDEM, 2015. p. 43).

É no processo de reprodução da vida material que se criam as condições e os limites para o desenvolvimento das potencialidades humanas, o que refuta ideologias burguesas de que determinados valores, como o egoísmo, façam parte da natureza humana (BONFIM, 2015). Neste processo, compreende-se como o trabalho alienado configura-se como um obstáculo ao ser social na satisfação de necessidades livres, ou seja, na sua capacidade de criar alternativas conscientes frente às diferentes necessidades humanas.

Dialeticamente é necessário a compreensão das contradições produzidas na

reprodução social no modo de produção capitalista frente às conquistas civilizatórias:

Pela primeira vez na história da humanidade estão colocadas as condições para acabar, por exemplo, com a pobreza. No entanto, o que se observa é um crescimento do número de trabalhadores sem acesso aos bens e serviços produzidos coletivamente (BONFIM, 2015. p. 30).

Com isso, as possibilidades criadas coletivamente neste modo de produção são vivenciadas efetivamente por uma pequena parte da sociedade e, encontra-se aí, as bases para o desenvolvimento e avanço dos valores burgueses:

A modernidade é impulsionada pela pressão da vida econômica, pela incansável busca pelo progresso, pela expansão dos desejos humanos, pela necessidade de desenvolvimento das individualidades, causando, concomitantemente, um turbilhão de emoções, angústias, medo e sensação de um total niilismo.

Para Marx, diferentemente de Nietzsche e Dostoiévski, as causas do niilismo moderno estão amparadas nas concretas relações econômicas do mundo burguês: um mundo onde os valores humanos estão relacionados à capacidade dos indivíduos de possuir bens e gerar lucros (BONFIM, 2015. p. 30 - 31).

Com esta forma de produção material, a desigualdade socialmente produzida atinge diferentes esferas da reprodução social, configurando-se como desigualdades de renda, de direitos sociais, de cultura, entre outros e, com o acirramento destas contradições, têm-se os limites da realização plena de objetivação da igualdade. Bonfim (2015), a partir de Lukács, elabora o seguinte questionamento: *nesta sociabilidade burguesa, que tem como base fundante a exploração, onde um de seus principais produtos são as diversas formas de desigualdades, como objetivar a igualdade?*

É justamente no bojo destas contradições e tensões inerentes à reprodução capitalista que, a classe burguesa, objetivando manter sua hegemonia, encontra no conservadorismo, um dos suportes à legitimação da ordem burguesa (BONFIM, 2015).

O pensamento conservador, em suas origens no século XVIII, se configura como um movimento ideológico que se opõe às mudanças operadas pela sociedade burguesa nascente. Visava, sobretudo, a defesa de valores e instituições que estavam 'ameaçadas' pela modernidade. Contraditoriamente, a própria classe burguesa, ao romper com seu papel revolucionário após se apropriar das estruturas de poder, se

apropriada de ideário conservador para manutenção de seu processo de dominação. A luta da burguesia por um projeto societário ancorado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a partir de 1848, é sobreposta por estratégias que buscavam refrear o acirramento da luta de classes, visando a manutenção de sua hegemonia. Com isso, têm-se, nos termos de Lukács, a decadência ideológica da burguesia que, gradativamente incorpora o pensamento conservador como recurso ideológico de legitimação da ordem capitalista.

É justamente o acirramento das contradições próprias do capitalismo e, em decorrência disso, a impossibilidade de realização plena desses valores que fazem a burguesia passar de classe revolucionária a classe conservadora, utilizando-se de um aparato ideopolítico para garantir a sua hegemonia (BONFIM, 2015. p. 32).

O ideário conservador, ao retomar valores e instituições do passado medieval, abre espaço para a valorização da família como a instituição privilegiada para a reprodução de valores considerados essenciais e imutáveis. O ideário conservador e a tradição positivista, principalmente a partir das elaborações de Durkheim, contribuem para situar o controle social na esfera moral, imprimindo às contradições originadas nas relações sociais uma lógica moralizante (BONFIM, 2015).

Como aponta Souza (2016), o pensamento conservador se opõe à luta pela universalização dos direitos humanos e pelo fortalecimento da democracia, associando-se, muitas vezes, à ideologia da mercantilização da vida social, ocorrendo, corriqueiramente, uma associação ao pensamento liberal⁹, e, de acordo com a formação social que esta corrente de pensamento eclode, adquire características e aspectos distintos.

Como precursor do conservadorismo, Edmund Burke¹⁰ tem em sua obra a matriz ideológica desta corrente ideológica, influenciando, inclusive, pensadores modernos em diferentes países, como no Brasil. Para ele, a concepção de revolução corresponde não a uma superação de uma determinada ordem societária, e sim a um processo de degradação e decadência da organização social vigente,

⁹Vale ressaltar, como afirma Souza (2016, p. 361), o pensamento conservador, bem como o liberalismo e demais tradições de pensamento moderno, possuem uma *“trajetória histórica e uma proposta teórico-política próprias”*.

¹⁰Souza (2016), no artigo *“Edmund Burke e a gênese conservadorismo”*, constrói uma reflexão acerca do protagonismo do autor para o pensamento conservador, a partir da análise da obra *“Reflexões sobre a revolução na França”*, publicado por Burke em 1790.

rebaixando as tradições e destruindo a ordem estabelecida. Tal concepção prevalece até hoje nas bases do pensamento conservador contemporâneo:

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais. Ou seja, utópicos desejos meramente subjetivos de igualdade. Tais utopias seriam inaceitáveis sob o ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social seria natural e positivamente constituída (SOUZA, 2016. p. 364).

A defesa e manutenção da tradição, bem como da ordem estabelecida, é tema recorrente aos conservadores, tendo como aporte ideológico também o irracionalismo:

A crise da razão não é diferente das demais, está organicamente entranhada na sociabilidade burguesa e nas suas formas ideológicas: 'a relação é inequívoca: a tomada de posição contra o progresso está quase sempre em estreita relação com o irracionalismo e, particularmente, com o conceito de nova elite' (LUKÁCS, 2007. p. 40. Apud. BARROCO, 2013). Nascido da oposição conservadora à revolução burguesa, o irracionalismo moderno é herdeiro do conservadorismo feudal; por isso, dirige-se energicamente contra o progresso e a razão, desde suas origens (BARROCO, 2013. p. 259).

De acordo com Barroco (2013), após a Revolução Francesa, com a decadência ideológica da burguesia, é no bojo destas transformações societárias que Lukács situa as bases do irracionalismo moderno. Lukács (2009) situa a gênese histórica da ideologia irracionalista no processo de oposição à Revolução Francesa, ou seja, no processo de busca pela manutenção e preservação da tradição, opondo-se à ideia de progresso, construindo também uma crítica ao pensamento conservador de Burke, atrelando-o ao pensamento irracionalista:

Está voltada ideologicamente contra o reino da razão postulado pela ilustração e quer tão somente manter as instituições etc., simplesmente porque elas existem e proteger as tradições simplesmente porque parecem vivas, independentemente do seu caráter racional ou não. Trata-se, pois, de um repúdio da razão como critério. A interdependência assim estatuída das instituições, tradições etc., em face da razão converte-se em concepção positiva: justamente porque tais instituições, tradições etc., representam algo mais elevado que qualquer racionalidade, nelas se manifesta o núcleo suprarracional ou irracional da realidade em geral. O fato de um Burke, um De Maistre ou um Haller parecerem muito racionalistas aos olhos dos irracionalistas atuais indica apenas, cristalina, o enorme desenvolvimento da concepção de mundo irracionalista (LUKÁCS, 2009. p. 41).

Para Barroco (2013), Lukács, por meio de sua obra teórica, buscou desvelar como o

irracionalismo contribuiu e contribui para o ocultamento das contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista, tendo como funcionalidade principal aliviar e explicar tais tensões, favorecendo assim a lógica dominante.

Desta forma, retomamos à ideia da vinculação ideológica entre neoliberalismo, conservadorismo e irracionalismo: com o desenvolvimento das forças produtivas e com a crescente apropriação privada dos meios de produção, bem como dos produtos do trabalho, e a desigualdade na socialização da produção coletiva, a lógica do *ter* se sobrepõe ao *ser*, e as relações sociais são cada vez mais mercantilizadas, considerando, inclusive, seu alcance mundial, afinal, têm-se o processo de mundialização da economia. Tal forma de sociabilidade favorece um individualismo exacerbado, como aponta Bonfim (2015), naturalizando as desigualdades socialmente produzidas, ou seja, demonstrando sua funcionalidade para a manutenção da reprodução capitalista, valorizando práticas autoritárias, favorecendo os preconceitos de raça, de classe, de gênero etc.:

Parece evidente que existe um elo entre o acirramento da pobreza e da violência, a alienação e a difusão de uma cultura neoconservadora, e seu marco histórico é definido em função de uma crise mundial que, de fato, acelerou um processo de barbarização da vida, em todas as dimensões e expressões. É inegável que a crise desencadeada a partir dos anos 1970, com o processo de mundialização do capital e as transformações estruturais no mundo do trabalho, ampliou a violência estrutural, reproduzindo novas formas de violência. O desemprego estrutural, o aprofundamento das desigualdades, o êxodo de populações causado por guerras, conflitos religiosos, étnico-raciais e outros têm propiciado o fortalecimento de partidos de direita, a disseminação de ideologias discriminatórias dirigidas contra imigrantes, estrangeiros, desempregados etc., e têm legitimado o uso da força pelo Estado policial (BARROCO, 2013. p. 265).

As formas assumidas pelo irracionalismo como ideologia oferece as bases ideais para o avanço do neoliberalismo, bem como para o favorecimento da crescente onda conservadora, afinal,

O irracionalismo exerce, como ideologia, uma função de enfrentamento dos conflitos, na ótica dos interesses de manutenção da sociabilidade burguesa; ao transferir o enfrentamento dos conflitos para a subjetividade dos indivíduos, fetichizando suas formas de representação, contribui para a dissimulação e o ocultamento da essência da realidade, para a naturalização da desigualdade estrutural da ordem burguesa, constrói uma cultura anti-humanista e passiva e, de modos diversos, afirma a ordem burguesa como o fim da história, negando a práxis

social (BARROCO, 2013. p. 262).

Além disso, a compreensão do irracionalismo como ideologia, possibilita a apreensão dos fenômenos contemporâneos face ao irracionalismo moderno e as consequências na sociedade contemporânea:

A difusão de ideologias irracionalistas, assim como o fortalecimento de movimentos neoconservadores, vinculados a partidos de extrema direita e a grupo organizados de inspiração racista e nazifascista como a Ku Klux Klan e os skinheads, são fenômenos contemporâneos. Dentre suas complexas determinações, chama a atenção o fato de que as chamadas gangues neonazistas tenham surgido na Europa, em especial na Inglaterra, em fins dos anos 1970, em decorrência, em parte, da exclusão do mercado de trabalho e da pauperização das classes trabalhadoras, no contexto da globalização neoliberal (BARROCO, 2013. p. 264).

Assim sendo, a forma como se organiza a vida material incide sobre a essência histórica dos indivíduos sociais, ou seja, as condições objetivas de reprodução material contribuem para construção de formas históricas de consciência que envolvem valores, moralidades e diversas expressões da cultura. A crescente desvalorização do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, o desemprego estrutural, a pauperização absoluta de grande parcela de trabalhadores, o crescente acirramento da violência, da xenofobia, do machismo, do racismo, da lgbtfobia, bem como a fragmentação e despolitização das expressões da questão social mediante a crise estrutural do capitalismo vivenciada a partir dos anos 1970 e com o processo de mundialização do capital, favoreceram o avanço do conservadorismo na sociedade contemporânea onde as formas de irracionalismo encontraram espaços para se consolidar, como afirma Barroco (2013, p. 266), inclusive considerando as particularidades do Brasil:

Trata-se de um contexto de crise propenso à reprodução ideológica que tende a reforçar o medo social, o niilismo, a impotência, o pessimismo diante do contingente, o misticismo, o individualismo e a naturalização das consequências destrutivas do capitalismo. No Brasil, sociedade de raízes políticas autoritárias, a ideologia neoliberal dominante, veiculada pela mídia, como a rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação, falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a 'questão social', como diz Lukács, e apela para os piores instintos do homem capitalista, incitando o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força e a legitimação da pena de morte, do armamento, de linchamentos, da xenofobia etc.

Dessa forma, é possível supor que, concomitantemente com o pleno

desenvolvimento das forças produtivas, têm-se a subsunção crescente do homem ao capital que, atrelado ao neoliberalismo, encontra-se as bases antidemocráticas ideais para o avanço do conservadorismo, principalmente em países de capitalismo dependente como o Brasil.

Santos (2007) aponta para a importância da análise desta processualidade histórica ao abordar países da periferia do capitalismo como o Brasil, a partir das particularidades da sua formação sócio-histórica, pois, no processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, foram mantidos os traços marcadamente clientelistas, autoritários e conservadores. Como particularidade brasileira, *“aqui, a mais-valia relativa conviveu sempre com a mais-valia absoluta e os incontáveis focos de trabalho escravo e infantil”* (SANTOS, 2007. p. 26). Além do enfraquecimento do Estado e da organização da classe trabalhadora para disputar os rumos da crise conjuntural, outros fenômenos eclodem nesta conjuntura de acirramento da barbárie que é aprofundada mediante aos (des)ajustes neoliberais, que também se vale do ideário pós-moderno:

O pensamento pós-moderno, com sua defesa de um pluralismo de jogos de linguagem que impossibilita ir além de consensos locais e temporais, não permite dispor de critério algum para discernir as injustiças sociais. Nos deixa a mercê do status quo, encerrados na existência e sem possibilidades de uma crítica sócio-política racional. Tal pensamento, ainda que se proponha o contrário, termina não oferecendo apoio à democracia e sendo um apoio às injustiças vigentes. Merece, portanto, ser denominado conservador ou neoconservador ou, ao menos, ser suspeito de realizar tais funções (MARDONES, 1994. p. 38 Apud. SANTOS, 2007. p. 42).

Afinal, para manutenção da reprodução social sob a lógica do capital, o controle sobre o trabalho é fundamental e, como estratégia, o capital utiliza uma forma que tem se mostrado cada vez mais eficaz, reforçando valores burgueses como a competição e o individualismo: a *‘ofensiva ideológica’* (SANTOS, 2007. p. 29).

Sendo assim, compreendemos que a democracia não é um valor central no neoliberalismo, tão pouco para o pensamento conservador e irracionalista, e, justamente por isso, assume características marcadamente antidemocráticas, principalmente em países de capitalismo periférico. Como destaca Santos (2007), ao pensar em democracia faz-se necessário demarcar o tipo de capitalismo que se

pretende abordar: democrático ou não, colocando o capitalismo enquanto substantivo e, a democracia, como adjetivo, ou seja, a depender das condições conjunturais e da correlação de forças entre as classes, o adjetivo pode ser alterado.

3. EXIGÊNCIAS ÉTICAS E POLÍTICAS PARA O TRABALHO DA(DO) ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA BARBÁRIE CAPITALISTA: COTIDIANO E ASSALARIAMENTO

Na perspectiva de aprofundamento da análise sobre a articulação ideológica entre neoliberalismo, conservadorismo e irracionalismo, é pretendido agora discutir as exigências éticas e políticas postas às/aos assistentes sociais no contexto da barbárie capitalista, considerando a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, o assalariamento e a estrutura ontológica do cotidiano que, no âmbito da sociabilidade burguesa, contribui para a reprodução ampliada da alienação. Elementos que desafiam o Projeto Ético-político Profissional do Serviço Social brasileiro, e que demandam investimentos coletivos para o seu enfrentamento.

A vida cotidiana é suprimível, ou seja, não existe sociedade sem cotidiano. O cotidiano é a dimensão da totalidade social responsável pela reprodução social. Nesta dimensão da totalidade social, os indivíduos sociais constroem respostas às necessidades sociais, portanto, é no espaço do cotidiano que as/os assistentes sociais estão inseridas/os: *“a vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social”* (BARROCO, 2012. p. 73). Deste modo, é no cotidiano profissional que se colocam as exigências éticas e políticas para a efetivação, pela categoria profissional, do trabalho profissional. Ou seja, é também neste espaço que se colocam as tendências contraditórias da realidade social e as exigências éticas, políticas e teóricas para efetivação do projeto hegemônico profissional.

Na esfera do cotidiano os indivíduos sociais, dentre eles as(os) assistentes sociais, tendem a responder às necessidades práticas de modo a reproduzir à dinâmica da estrutura ontológica dessa dimensão da vida social: *“o espontaneísmo, o*

pragmatismo, a heterogeneidade, a repetição acrítica de modos de vida e de valores” (Barroco, 2012. p. 71).

As práticas tipicamente cotidianas – aquelas que reproduzem a estrutura ontológica do cotidiano - na sociedade burguesa, tendem a reproduzir de forma ampliada a alienação produzida pelo trabalho assalariado e pela apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. Neste sentido, as exigências éticas que se colocam para o trabalho profissional cotidiano comprometido com o Projeto Ético-político Profissional, supõem a *ultrapassagem da dinâmica da cotidianidade e da singularidade* (BARROCO, 2012), direcionando as respostas profissionais para a efetivação, ainda que relativa e parcial, dos valores e princípios éticos que fundamentam o exercício profissional.

No cotidiano, dada sua estrutura ontológica, e as tendências de reprodução ampliada da alienação produzida pela sociabilidade burguesa, ocorre um tensionamento complexo, dinâmico e contraditório entre a direção social estratégica do Projeto Ético-político Profissional e a maioria das requisições institucionais dirigidas ao trabalho da(o) assistente social. Diante desta realidade, a crítica ontológica ao cotidiano e as estratégias profissionais de ultrapassagem do imediatismo, pragmatismo e fragmentação das demandas dirigidas ao trabalho profissional são fundamentais para realização da ética profissional e fortalecimento deste Projeto Profissional.

Dessa forma, o Projeto Ético-político Profissional oferece os aportes teóricos para análise da realidade social e profissional, define os valores e princípios que devem orientar o trabalho profissional, define as competências e habilidades profissionais necessárias para responder as expressões da questão social em face da direção social que se pretende imprimir aos produtos do trabalho profissional.

A ética profissional configura-se como um dos componentes do Projeto Profissional. A concepção sobre os fundamentos do ser social e da ética que estão na base do Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro é dada pela ontologia do ser social. Neste sentido, essa fundamentação ontológica permite apreender a ética como parte constitutiva da práxis: *“uma ação prática e social mediada por valores e projetos derivados de escolhas de valor que visam interferir conscientemente na vida social,*

na direção da sua objetivação” (BARROCO, 2010. Apud. BARROCO, 2012. p. 54).

No atendimento de necessidades históricas e sociais, os indivíduos sociais produzem respostas objetivas orientadas por valores. Neste sentido, todas as atividades humanas são orientadas por valores. Por sua vez, os valores resultam da relação consciente entre um sujeito e as qualidades da realidade externa a ser transformada pela atividade empreendida no atendimento de necessidades. Neste processo, revela-se o caráter ontológico-social dos valores, inclusive dos valores éticos.

Os valores são objetivos porque são produtos da atividade que os realizou; logo, só ganham substância quando concretizados por prática social dos homens; ao contrário do que se pensa, isto é, de que o valor é criado pela subjetividade dos indivíduos (BARROCO, 2012. p. 56).

A partir da abordagem ontológica, Barroco (2001, p. 67), concebe a ética profissional como *um modo particular de realização da vida ética*:

Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão social e técnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas, e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação.

Desta forma, conclui-se que todas as respostas profissionais formuladas às expressões da questão sociais são orientadas por valores e sua realização objetiva assume determinada direção ético-política, na medida em que produz consequência na vida das(os) usuárias(os) dos serviços e programas sociais. Neste sentido, do ponto de vista das exigências éticas e políticas do trabalho profissional, cabe refletir se os valores realizados pelo trabalho profissional estão legitimando ou negando a ética e o Projeto Profissional do Serviço Social.

4. CONCLUSÃO

Em uma sociedade de classes, as demandas institucionais dirigidas ao trabalho das(os) assistentes sociais encontram suas bases no campo de disputas

antagônicas – na luta de classes – e se configuram como expressões da questão social. Com isso, as respostas profissionais se realizam num campo mediado pelos antagonismos de classe, assumindo assim, inevitavelmente, uma direção ético-política.

Em face da barbárie contemporânea, marcada pela regressão no campo dos direitos, múltiplas formas de violência, desemprego estrutural, violação sistemática de direitos, entre outras formas de desumanização, os desafios ao Projeto Ético-político Profissional, exigem *“um profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas”* (BARROCO, 2012. p.76).

No entanto, tais exigências precisam ser matizadas em face dos limites decorrentes da condição de assalariamento do trabalho profissional e das tendências históricas da luta de classes, portanto, apreendidas à luz da abordagem crítica que fundamenta o Projeto e a Ética profissional das(os) Assistentes Sociais.

Nesses termos, a realização da ética profissional não depende somente de uma “boa” intenção dos profissionais; demanda um investimento em diferentes níveis de capacitação e organização da categoria profissional; responsabilidade dos profissionais enquanto sujeitos participantes do processo de fortalecimento da profissão e da ética profissional e do conjunto das entidades de representação, incluindo profissionais e estudante (ABEPSS-CFESS/CRESS/ENESSO) (BARROCO, 2012. p. 76-77).

Compreende-se que não é no âmbito do trabalho profissional que se dão as possibilidades de ruptura com a desigualdade de classes, pois uma categoria profissional não é capaz de revolucionar as estruturas sociais no sentido de sua superação. No entanto, dado o caráter contraditório da processualidade histórica, as respostas profissionais podem e devem efetivar os valores e princípios da Ética Profissional. Considerando o Projeto Profissional, o trabalho profissional deve se conectar com as forças sociais e políticas que visam ao alargamento das possibilidades da emancipação humana. Como afirma Barroco (2012, p. 55): *“Da constatação de que nessa sociedade é impossível a universalização de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, não se conclui, necessariamente, a impossibilidade de sua realização parcial”*.

O trabalho profissional é mediatizado pelos serviços sociais prestados pelas instituições nas quais a(o) assistente social se vincula por meio de contrato de

trabalho, e, em decorrência do caráter contraditório desse campo mediado por interesses antagônicos, as respostas profissionais podem tanto reforçar a legitimação da ordem capitalista ou as possibilidades de ampliação dos direitos sociais, da democracia e da liberdade.

Como vimos anteriormente, o trabalho é a categoria fundante do ser social e, no modo de produção capitalista, assume uma processualidade negativa na forma de trabalho assalariado. Deste modo, o trabalho assalariado, baseado na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, impõe as bases para as relações tipicamente capitalistas, ou seja, relações alienadas que produzem desumanização.

A alienação produzida pela sociabilidade burguesa favorece, no âmbito do cotidiano, a reprodução de valores e normas da classe dominante, realidade histórica que desafia a competência profissional na perspectiva de ruptura com as expressões cotidianas da alienação moral, do preconceito, do conservadorismo e do irracionalismo.

A apreensão crítica da realidade social e das requisições institucionais postas ao trabalho profissional, exige que tanto os limites objetivos como o papel ativo da consciência e a competência dos agentes profissionais sejam considerados para o enfrentamento adequado da barbárie contemporânea.

Nos últimos anos, os debates sobre o exercício profissional têm revelado o rebatimento moral da barbárie social nas instituições: diversas formas de desumanização reiteram o autoritarismo, as discriminações, a coisificação das relações humanas no enfrentamento da questão social a partir da lógica liberal (Barroco: 2012, p. 33).

Neste sentido, considerando a atual conjuntura de crescente precarização das condições de trabalho das/dos assistentes sociais, do sucateamento das políticas sociais, do aprofundamento das expressões da questão social, do avanço de concepções irracionais e conservadoras no trato das desigualdades sociais, coloca-se a exigência de reflexões críticas sobre as condições materiais que interferem, de forma direta ou subjetiva, na efetivação do Projeto Ético-político Profissional.

Por fim, na mesma direção, torna-se indispensável para esta efetivação do Projeto Profissional, análises críticas sobre as exigências éticas e políticas que se

configuram no âmbito do trabalho cotidiano da/do assistente social. Exigências que, como procuramos analisar, passam pela compreensão e pelo enfrentamento teórico-prático e ético-político da articulação ideológica entre neoliberalismo, conservadorismo e irracionalismo, pela apreensão crítica do significado dos valores e das possibilidades de efetivação da ética profissional e pelas estratégias coletivas de fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; TERRA, S.H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Contra o irracionalismo. Lukács e a crítica do irracionalismo: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea**. In: ROIO, Marcos Del., Org. **György Lukács e a emancipação humana**. Ed. 1. São Paulo: Boitempo; Marília. SP: Oficina Universitária, UNESP, 2013. Conclusão, p. 255 – 266.

BONFIM, Paula. **Gênese e desenvolvimento do ser social**. In: BONFIM, P. **Conservadorismo moral e Serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. Capítulo 1, p. 1 – 48.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. ed. 4., São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. ed. 41. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, György. **Concepção aristocrática e concepção democrática do mundo**. In.: **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2. ed. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2009. p. 25 – 53.

NETTO, José Paulo. & BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução**

crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica do Serviço Social; v. 1).

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época).

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360 – 377, mai./ago. 2016.